

A FORMAÇÃO INICIAL E O EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO SISTEMA PRISIONAL

SILVA, Yasmin Oliveira¹

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo compreender a formação dos professores que atuam no cárcere, levando em consideração a sua formação inicial acadêmica e o exercício do seu trabalho na Educação de Jovens e Adultos no sistema prisional. Compreender a formação dos professores que atuam no cárcere, levando em consideração a sua formação inicial. Foi realizado a partir de pesquisa bibliográfica e está fundamentada em teóricos, como: Onofre (2002), Onofre e Julião (2013), Silva e Moreira (2011), Vieira (2008), bem como em documentos legislativos, a saber: a Constituição Federal de 1988, a Lei de Execução Penal de 1984, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e o Plano Estratégico de Educação no Sistema Prisional de 2011. Encontrando como resultados que a formação inicial dos professores apresenta lacunas para atender essa necessidade de correlacionar prática e teoria para lecionar e atuar no EJA dentro do sistema prisional. Conclui-se, portanto, que é relevante pensar nas políticas públicas voltadas para a valorização dos professores que atuam no contexto carcerário.

PALAVRAS-CHAVE: EXERCÍCIO DOCENTE; EDUCAÇÃO NO CÁRCERE; EJA.

1 INTRODUÇÃO

A oferta da educação no sistema prisional é de suma importância para a reintegração, socialização e ressignificação na vida dos detentos, ou seja, é uma ferramenta de transformação que contribui para a formação e pelo resgate de sua identidade como cidadão (Freire, 1970). A presença do educador nesse processo é um quesito importante nas possibilidades da construção de caminhos que auxiliem os detentos nessas perspectivas de mudanças. Segundo Onofre e Julião (2013, p. 53, 54) a educação:

Inserida em um espaço repressivo, ela potencializa processos educativos para além da educação escolar, evidenciando-se a figura dos educadores como atores importantes na construção de espaços onde o aprisionado pode (re)significar o mundo como algo dinâmico e inacabado.

¹ Graduanda em Licenciatura em Pedagogia, Bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência. UEPA, Campus XI, mins30712@gmail.com.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDBEN nº 9294/96 através da resolução CNB/CEB Nº 1, de 5 de julho de 200, foi constituída a Educação de Jovens e Adultos – EJA, como uma modalidade de ensino destinada aquelas pessoas que não puderam completar seus estudos na idade certa. Entretanto, mesmo com tal resolução e aprovação na LDBEN esta modalidade não trazia a especificidade das prisões. Somente a partir do Plano Estratégico de Educação no Sistema Prisional, de 24 de novembro de 2011, assinado pela presidente Dilma Rousseff que se instituiu o Decreto Presidencial nº 7626 coma ampliação e qualificação da oferta da educação no sistema prisional e a modalidade da EJA nos estabelecimentos prisionais.

Um grande marco para a educação no cárcere que outrora se debruça em outras dificuldades, a começar pela existência de uma grade curricular nos cursos de formação de professores, principalmente, em pedagogia, composta por conteúdos com ênfase na educação em diferentes ambientes - empresas, hospitais, centros de referências, etc - porém com lacunas quanto à atuação no cárcere. Quando se é ofertada, ocorre como disciplinas optativas, o que não desperta o interesse dos graduandos. Por fim, a ausência de estágios supervisionados não direcionados ao sistema prisional.

Ao refletir sobre a oferta da educação no cárcere surgem estigmas e preconceitos em por que formar docentes para ensinar pessoas privadas de liberdade? Questionamentos esses do “por que” e “para que” ensinar refletem na realidade de muitos docentes a lecionar na prisão. A falta conhecimento sobre a atuação nesse espaço e seus sujeitos reforça a insegurança em ensinar para pessoas em privação de liberdade, pois não houve uma formação inicial que os preparasse para este ambiente.

Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo compreender a formação dos professores que atuam no cárcere, levando em consideração a sua formação inicial acadêmica e o exercício do seu trabalho na Educação de Jovens e Adultos no sistema prisional.

2 METODOLOGIA

O presente estudo é de cunho bibliográfico, foi realizado através da busca de artigos em sites como o *Google Acadêmico*, bem como livros que versam sobre a

temática da EJA no contexto prisional, permitindo construir um aporte teórico com autores, como: Onofre (2002), Onofre e Julião (2013), Silva e Moreira (2011), Vieira (2008) e etc. Como complemento aos teóricos elencados foram realizadas pesquisas em documentos legislativos, a saber: Constituição Federal de 1988, Lei de Execução Penal de 1984, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e o Plano Estratégico de Educação no Sistema Prisional de 2011.

3 RESULTADO E DISCUSSÃO

A preparação e atuação dos professores no contexto carcerário brasileiro são marcadas pela despreocupação da formação destes para labutar nas celas de aula. É perceptível que mesmo amparados legalmente sofrem com a desvalorização de sua função no espaço em ênfase aos preconceitos que são um dos obstáculos que perpassam nas unidades prisionais, pois a desvalorização, precarização do ensino, a ausência de uma formação inicial e continuadas e a falta de apoio são questões que abrangem os desafios que os docentes enfrentam ao lecionar no sistema prisional (autor, ano). Apesar da oferta da educação no cárcere ser amparada pela Lei de Execução Penal 1984 no artigo 10, “a assistência ao preso e ao internado é o dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade” e na Constituição Federal de 1988 no art. 205 “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade visando o desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o mercado de trabalho”, como também, pelo decreto da ampliação da modalidade da educação de jovens e adultos há uma lacuna que reflete nas contratações e condições dos professores que irão atuar nesses ambientes.

Visto que muitas das dificuldades que os docentes percorrem em exercer suas funções na EJA prisional, se dá pela falta de informação e conhecimento até o seu exercício docente nas prisões. Sobre esse delineamento Silva e Moreira (2011) apontam que não houve uma preocupação na formação inicial desses profissionais:

A formação de professores para a educação em prisões, com regime próprio do trabalho, ainda que dentro da categoria única do magistério constitui caso à parte, pois os cursos de formação de professores, mesmo nas universidades públicas, ainda não estão sensibilizados para a necessidade de formar quadro docente para atuação em espaços outros que não sejam a escola [...] (Silva e Moreira, 2011, p. 96).

Ao retratar a realidade dos docentes nos espaços prisionais, observam-se diversos estigmas que afetam sua formação, incluindo a oferta limitada de disciplinas voltadas para esse âmbito, preconceito, falta de apoio, escassez de materiais e de conhecimento. Muitos docentes enfrentam um choque de realidade ao iniciar sua atuação nesse ambiente, o que pode tornar o início da jornada docente bastante desafiador. Uma vez que nem sempre sua formação inicial ou até mesmo os espaços que percorreu durante sua função e até mesmo pela ausência de prática deles no cárcere os preparam para tal atividade (Vieira 2008).

De acordo com alguns estudos no artigo sobre o exercício dos docentes no sistema carcerário (Amorim Silva, 2017), muitos professores ao lecionarem no ambiente prisional não se vêm preparados para atuar naquele espaço, levando em consideração o processo que é para atuar nesses espaços que nem sempre contribuem para uma educação efetiva, pois o docente que atua nesses espaços, normalmente possui a mesma função do que atua na escola regular. Segundo as considerações de Onofre (2002, p. 158) “Os professores que não estão preparados para enfrentar a sala de aula de uma prisão, acabam por se formar na prática”.

Além disso, é importante destacar que a função exercida pelo professor ao adentrar nas prisões passa pelo mesmo processo de segurança passando pelo mesmo processo à chegada do novato na prisão, quando lhes são passadas as regras da casa pela equipe dirigente” (Onofre, 2013, p.149), pois por ser um ambiente de regras é preciso obedecê-las e há uma ausência desse quesito tornando um choque de realidade na atuação desses professores ao ingressar nesse ambiente.

Com isso, quando exercidas suas funções no cárcere como docentes para a busca da ressocialização dessas pessoas privadas para a sociedade por meio da educação inclui um cenário desafiador e contraditório, uma vez que não é fácil educar dentro do ambiente prisional, pois para o retorno deles a sociedade é um grande desafio, como algumas pesquisas relatam (Amorim Silva, 2017) é difícil educar, reabilitar e ao mesmo tempo punir esses indivíduos.

Diante disso, o docente com sua formação inicial para atuação na EJA são pouco atendidos, visto que o ensino e aprendizagem comparados ao ensino regular são totalmente diferentes e isso norteia o porquê de muitos professores não estarem preparados para lidar e tão pouco conhecer as didáticas que norteiam a EJA prisional. Aliado a esses fatores, vêm o descaso com que são tratados os professores que

lecionam nesse ambiente, a inexistência de apoio, de materiais, de conhecimento (Amorim Silva, 2017).

4 CONSIDERAÇÕES

Esta pesquisa enfatizou que quando se discute o papel do professor nas prisões é preciso levar em consideração pautas como sua formação inicial, pois percebe-se que a atuação dos professores ao lecionarem no EJA prisional e o processo da educação é muito complexo. Ofertar a educação, principalmente, a educação de jovens e adultos que oportunizam aqueles que não puderam estudar no tempo certo por diversos motivos, é desafiador.

Analisa-se que pela desvalorização, precarização do ensino, ausência de uma formação inicial e continuada e a falta de apoio é necessário voltar um novo olhar para a importância dos professores que atuam nesses espaços, até mesmo em uma capacitação para o trabalho no ambiente prisional. Com isso destaca-se a necessidade de aprofundar os debates em relação à formação inicial com objetivo de vislumbrar esta valorização e o empenho para a sua atuação no exercício de docente no cárcere.

5 AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus pela força e dedicação, agradeço à minha família pelo apoio, carinho e constante encorajamento que me guiaram durante este processo. Gratidão a coordenadora do PIBID Maria Auxiliadora Maués por sua dedicação nesta temática e pela busca por dar visibilidade a ele. Meus sinceros agradecimentos vão para os supervisores Rosane Amorim e José Ivan que sempre se dispuseram pela orientação e o desenvolvimento nesta pesquisa. Gostaria de expressar minha gratidão ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID pelo apoio financeiro fornecido o qual tornou este trabalho possível.

REFERENCIAS

BRASIL, **DECRETO Nº 7.627, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7627.htm. Acesso em: 22 mar. 2024

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Acesso em: 22 mar. 2024

BRASIL. **Lei de Execução Penal, Lei nº7.210, de julho de 1984**: Brasília 2022.



BRASIL, (1996). **Lei de Diretrizes e Bases Nacionais da Educação nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Acesso em: 22 mar. 2024

BRASIL. **Decreto nº 7.626, de 24 de novembro de 2011**. Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional. Acesso em: 22 mar. 2024

DE AMORIM-SILVA, Karol Oliveira; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. **O TRABALHO DOCENTE EM PRISÕES: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA FORMAÇÃO** | The teaching work in prisons: considerations about the training. **Trabalho & Educação**, v. 26, n. 1, p. 203-217, 2017. Acesso em: 22 mar. 2024

BORGES, Lude Elim de Queiroz; SANTOS, Givanildo Alves dos. **A formação de professores no sistema de ensino prisional: Uma análise curricular, metodológica, emocional e utópica na busca da Ressocialização e Humanização dos Reeducandos**. **Revista de Educação, Ciência e Tecnologia (RECeT)**, v. 3, n. 2, p. 109-129, 2022. Acesso em: 22 mar. 2024

ONOFRE, E. M. C.; JULIAO, E. F. **A Educação na Prisão como Política Pública: entre desafios e tarefas**. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 51-69, jan./mar. 2013. Acesso em: 22 mar. 2024

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano; MENOTT, Camila Cardoso. **Formação de professores e educação na prisão: construindo saberes, cartografando perspectivas**. **Formação Docente—Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, v. 8, n. 15, p. 149-162, 2016. Acesso em: 22 mar. 2024

AMORIM, Yara Patrycia de; MENEZES, Aurelania Maria de Carvalho. **A Educação de Jovens e Adultos no Sistema Prisional: O Olhar do Professor sobre os Alunos Detentos e as Expectativas quanto ao Estudo e Vida Pós Prisão**. **Id on Line. Revista de Psicologia**, v. 16, n. 64, 2022. Acesso em: 22 mar. 2024

SILVA, R.; MOREIRA, F. A. **O projeto político-pedagógico para a educação em prisões**. In: IRELAND, T. D. (organizador). **Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 86, p. 89-103, nov. 2011. Acesso em: 22 mar. 2024